

Seguro-desemprego puxa queda em outras despesas obrigatórias e reduz pressão no FAT

Por Fabio Graner e Edna Simão

Enquanto o gasto federal deste ano sofre pressão da Previdência e do funcionalismo público, o governo tem ganho algum fôlego com a redução das outras despesas obrigatórias. No primeiro trimestre, esse item teve recuo de R\$ 4,1 bilhões, ou 7,7% além da inflação, montante que quase compensou a alta de R\$ 4,8 bilhões no gasto com pessoal e superou a alta de R\$ 3,6 bilhões no gasto discricionário. As despesas nas rubricas abono e seguro-desemprego e subsídios puxaram esse recuo.

No primeiro grupo, a queda já leva a uma percepção de menor risco de o BNDES ter que fazer um aporte grande no Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). Mesmo assim, o fundo tem previsão de terminar 2018 com déficit nominal de R\$ 10,144 bilhões, número que pode ser revisto por conta do desempenho corrente inferior ao esperado. Da queda de R\$ 1,55 bilhão no abono e seguro-desemprego no primeiro trimestre, a maior parte (R\$ 1,3 bilhão) refere-se ao segundo grupo. Segundo o Tesouro Nacional explicou ao Valor, o principal determinante para essa redução é a queda de 8,9% nos desligamentos por demissão sem justa causa na comparação trimestral, considerando dados do Caged (que captura os empregos formais).

Uma fonte do governo destaca que as mudanças nas regras de acesso feitas em 2015 também continuam favorecendo uma despesa mais contida no seguredesemprego, em um momento de melhora moderada do mercado de trabalho. O déficit nominal do FAT para este ano está previsto em nota técnica elaborada pela coordenação de recursos do FAT do Ministério do Trabalho e Emprego, anexada à Proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2019. Em 2017, o resultado foi superavitário em R\$ 1,133 bilhão, graças ao aporte de R\$ 13,794 bilhões do Tesouro.

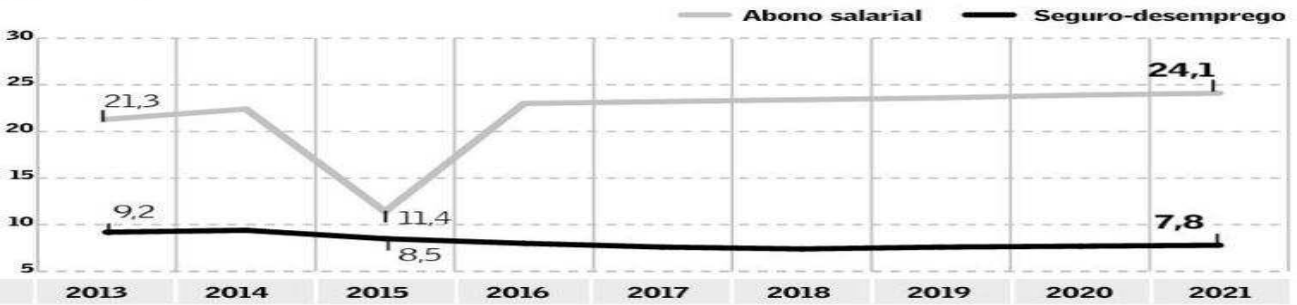
Daqui para frente, dada a dificuldade fiscal do governo federal, a União deixará de ajudar o fundo a fechar suas contas. Por isso, segundo uma fonte ouvida pelo Valor, o que está acertado até o momento é que o saldo negativo seja coberto pela redução do patrimônio líquido. A se confirmar esse cenário, o BNDES se livra de uma despesa que inicialmente chegou a ser estimada em R\$ 19 bilhões neste ano e que se somaria aos R\$ 130 bilhões a serem devolvidos ao Tesouro.

INFORME

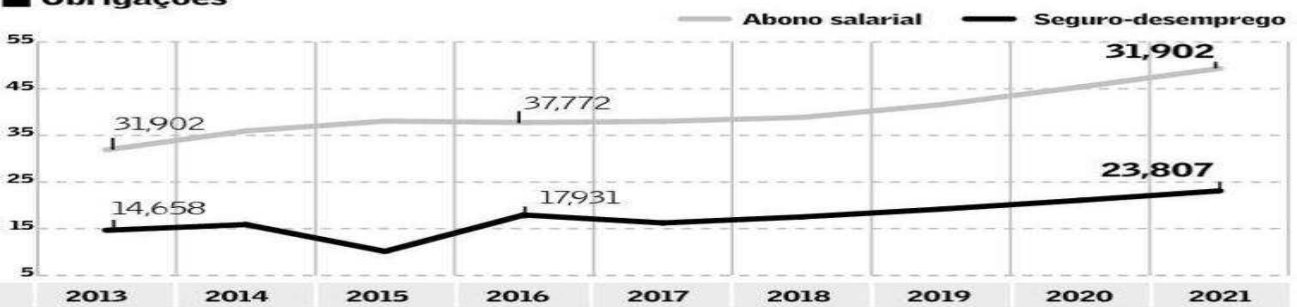
Raio X do FAT*

Gastos, aportes e beneficiários do Fundo de Amparo ao Trabalhador

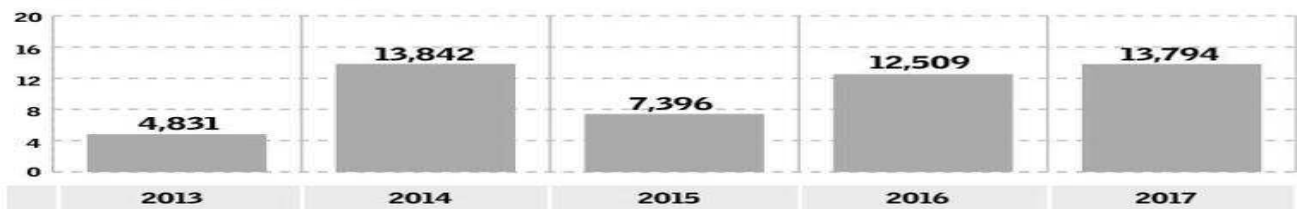
■ Evolução dos beneficiários (em milhões)



■ Obrigações



■ Aportes do Tesouro



■ Resultado nominal

Diferença entre receitas e obrigações, incluindo repasses ao BNDES



R\$ 17,073 bilhões

Foi o gasto com abono e seguro-desemprego no trimestre inicial de 2018

R\$ 18,627 bilhões

Foi a soma dessas mesmas despesas no primeiro trimestre do ano passado

Fonte: Avaliação Financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) realizado pelo Ministério do Trabalho e anexado à proposta de Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2019. * De 2018 a 2019 são estimativas.

INFORME

Segundo a nota técnica do Ministério do Trabalho, a despesa do fundo com pagamento de abono salarial e seguro-desemprego deverá registrar um pequeno aumento de 2017 para 2018, passando de R\$ 54,323 bilhões para R\$ 56,377 bilhões, uma elevação nominal de 3,78%. A receita total, no entanto, cai. No ano passado, somou R\$ 72,469 bilhões e a estimativa para o fechamento deste ano é de R\$ 65,256 bilhões, uma redução de 9,95%.

Diante do descompasso existente entre receitas e despesa, "urge a adoção de medidas para promoção do equilíbrio financeiro do fundo". Isso será necessário, conforme a nota técnica, devido aos sucessivos déficits de resultado no conceito "acima da linha", que considera a diferença entre receitas e despesas, excluindo as operações com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Outra queda importante de gastos obrigatórios é na conta de subsídios e subvenções. Dos R\$ 2,7 bilhões de queda no trimestre, na mesma base de comparação, R\$ 1,7 bilhão é só na redução de pagamentos relativos ao antigo Programa de Sustentação do Investimento (PSI). "Com o final das contratações em 2015 a tendência é a redução contínua nas despesas com o programa. Houve ainda redução na TJLP no período", diz o Tesouro.

Nesse grupo, também houve queda relevante no programa de Financiamento Estudantil (Fies), de R\$ 858 milhões. A compensação pela desoneração da folha de pagamentos também caiu, R\$ 594 milhões, e o Tesouro aponta a possibilidade de isso estar ocorrendo por conta da melhora na economia, trazendo opção para as empresas escolherem a contribuição previdenciária pela folha de salários e não pelo faturamento, que está crescendo.

Esse movimento de retração nos demais gastos obrigatórios ajuda o governo a cumprir o teto de gastos, apesar das despesas crescentes de Previdência e também de pessoal (que o governo teve uma séria derrota ao não conseguir adiar o reajuste dos servidores proposto para 2018). Também contribui para a equipe econômica ter mais flexibilidade para executar alguns remanejamentos orçamentários.

Por exemplo, recentemente o governo tomou a iniciativa de cancelar R\$ 1,1 bilhão de despesas do FAT (que estavam previstas no Orçamento, mas que já se sabe superestimada) para abrir espaço orçamentário para usar o Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para cobrir o calote da Venezuela junto ao BNDES

(Fonte: Valor Econômico – 14/05/2018)

Empresas querem barrar reforma do PIS/Cofins alegando desemprego

Entidades empresariais vão pedir audiência ao presidente Michel Temer para tentar evitar o avanço de eventual proposta de aumento da carga tributária de prestadoras de serviços

ABNOR GONDIM • BRASÍLIA

Um movimento organizado por 66 entidades das empresas prestadoras de serviços vai intensificar nesta semana a pressão contra a reforma do PIS/Cofins, dois dos principais tributos cobrados do setor, sob alegação de que as mudanças resultariam em dois milhões de desempregados.

Com a estimativa, elaborada pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), o “Movimento Contra Mais Impostos” pediu e espera conseguir audiência com o presidente Michel Temer. Também solicitará nova audiência com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia (DEM-RJ). Em agosto de 2017, representantes do setor obtiveram de Maia o compromisso de que ele não iria permitir o aumento de tributação.

O foco das entidades, de que a reforma do PIS/Cofins vai aumentar o desemprego, coincide com a preocupação do governo, pois a taxa de desocupação para o primeiro trimestre deste ano (janeiro, fevereiro e março) subiu para 13,1%, mantendo uma tendência de alta registrada desde o quarto trimestre de 2017, quando ficou em 11,8%. Temer atribuiu o aumento da taxa de desocupação ao crescimento do interesse dos desempregados por novas vagas, o que entra na margem do cálculo do IBGE e não porque o desemprego tenha aumentado.

Na semana passada, informação de bastidores no Congresso aumentou a apreensão das entidades: a proposta seria encaminhada pelo Planalto por pressão do novo ministro da Fazenda, Eduardo Guardia. Na posse, em abril, ele afirmou que iria enviar ao Congresso uma proposta de reforma do PIS/Cofins, mas não especificou nenhum prazo.

Especula-se que o governo pretende alterar a forma como as empresas recolhem o imposto, unindo os dois tributos e obrigando o uso do regime “não cumulativo” por empresa com faturamento acima de R\$ 4,8 milhões, o que atinge médias e grandes empresas. Com isso, empresas que hoje pagam 3,65% de alíquota seriam obrigadas a pagar 9,65%. Segundo o presidente do IBPT, Gilberto Amaral, o estudo sobre a perda de emprego se mantém, no caso de serem confirmadas as principais linhas da reforma.

INFORME

Desde o primeiro governo da ex-presidente Dilma Rousseff, o governo trabalha com propostas de aumento da tributação do PIS/Cofins, segundo Emerson Casali, diretor de Relações Institucionais na CBPI Produtividade Institucional, uma das entidades do movimento. “Se a proposta for apresentada, haverá várias manifestações de protesto no Congresso e junto ao governo”, afirmou Casali ao **DCI**. “Temos apoio parlamentar para impedir aumento de tributos.”

Sem transparência

Para um dos apoiadores do movimento, o deputado Laércio Oliveira (SD-SE), a reforma do PIS/Cofins está no topo da agenda prioritária do governo para 2018 e poderá prejudicar a retomada do crescimento. Ele é que é terceiro vice-presidente da CNC (Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo).

Segundo o parlamentar, a área econômica tem anunciado que a proposta está pronta, mas, como em outras situações, não há transparência sobre seu alcance e conteúdo. A reforma do PIS/Cofins, avalia, poderia anular os esforços do governo de combate à inflação, pois irá resultar em aumento de preços em serviços essenciais, como: saúde, educação, passagens, internet, jornais e revistas, telefonia, vigilância.

“Uma proposta como essa pode impactar drasticamente no setor gerando aumento no valor de serviços, além da demissão de cerca de dois milhões de trabalhadores”, disse. O **DCI** solicitou informações à Fazenda sobre a proposta, mas não obteve resposta. Parlamentares ouvidos prevêem poucas chances de a proposta prosperar em ano eleitoral.

“Temos até o início da Copa, em junho, no máximo, para aprovar as coisas. Depois, é difícil. Tem São João, Copa, convenções partidárias”, avaliou um dos vice-líderes do governo na Câmara Beto Mansur (MDB-SP). Para o deputado Renato Molling (PP-RS), presidente da Comissão de Finanças e Tributação (CFT), o projeto encontrará dificuldades para ser aprovado.

“A sensação inicial é de aumento de carga tributária e é difícil passar alguma coisa nesse sentido na Câmara”, disse Molling. “A promessa era a de que não haveria alta de carga, mas precisamos conversar. Esse ponto será discutido nesta semana”, afirmou.

(Fonte: DCI – 14/05/2018)